

Exame de Direito Processual Civil Internacional I – Turma Dia
Regente: Isabel Alexandre
11-2-2025
Duração: 1h30

I

Considere a seguinte hipótese:

Ana, de nacionalidade portuguesa e profissional de limpeza na Embaixada de Itália em Portugal, com sede em Lisboa, foi acusada pela respetiva Embaixadora de realizar vários furtos na Embaixada.

Nunca tendo ficado provados tais furtos, Ana intentou num tribunal de Lisboa uma ação declarativa com processo comum contra a referida Embaixadora, pedindo que a ré fosse condenada a indemnizá-la pelos danos morais e patrimoniais que lhe causara, pois vira a sua imagem denegrida e nunca mais encontrara trabalho na zona da Embaixada.

A sentença julgou a ação procedente, declarando ilícito o comportamento da ré e condenando-a no pagamento da indemnização peticionada pela autora.

A ré pretende recorrer, por entender que os tribunais portugueses eram incompetentes para apreciar a referida ação e, bem assim, que a sua qualidade de Embaixadora impedia que fosse demandada perante um tribunal português.

Parece-lhe que a ré tem razão?

(5 valores)

Analisar a competência internacional dos tribunais portugueses (se se considerasse existir algum elemento de conexão relevante com outra ordem jurídica) à luz do Reg. 1215/2012, referindo o preenchimento dos seus âmbitos de aplicação e a norma ou normas de competência aplicáveis às ações de responsabilidade civil extracontratual. Concluir no sentido dessa competência internacional.

Analisar a Convenção sobre Relações Diplomáticas, em particular os seus arts. 14º, al. a) e 31º. Concluir no sentido da imunidade de jurisdição civil da Embaixadora e consequente procedência deste fundamento de recurso.

II

Considere a seguinte hipótese, analisando as questões colocadas:

A sociedade Justo e Justa, Lda., com sede em Lisboa, comprou uma manada de vacas à sociedade Vacas Locas, com sede em Córdoba, na Argentina, tendo ambas as sociedades acordado, no ato da compra, que qualquer litígio emergente do contrato devia ser resolvido pelo tribunal de Córdoba designado como competente pela lei argentina.

Verificando que as vacas que comprara eram de uma raça diferente daquela que pretendia, a sociedade Justo e Justa, Lda., através do seu gerente, demanda a sociedade argentina num tribunal português, pedindo a anulação do contrato, com fundamento em erro, e a restituição do preço que já havia pago.

- a) Imagine que a ré não contesta, mas o tribunal absolve-a da instância, por considerar que, por força do acordado entre as partes, a ação devia ter sido proposta na Argentina. Aprecie o decidido. **(4 valores)**
Analisar o art. 94º do CPC e explicar a não aplicação do art. 25º do Reg. 1215/2012.
Referir o não conhecimento oficioso da violação de pacto privativo de jurisdição, nos termos do art. 97º, n.º 1, do CPC, pelo que o tribunal não podia ter absolvido da instância com esse fundamento.
- b) Se as partes nada tivessem acordado acerca do tribunal competente, podia a ação ser proposta perante um tribunal português? **(2 valores)**
Analisar o art. 62º e referir que, uma vez que o erro constituía a causa de pedir e tinha ocorrido em Portugal, pelo critério da causalidade os tribunais portugueses seriam competentes.
- c) Qual o procedimento que devia ser seguido para a citação da ré? **(3 valores)**
Analisar, explicando a sua aplicabilidade ao caso, a Convenção da Haia de 1965 Relativa à Citação e à Notificação no Estrangeiro dos Actos Judiciais e Extrajudiciais em Matéria Civil e Comercial

III

Desenvolva um dos seguintes temas (à sua escolha):

- a) Relevância, numa ação cível que corre em Portugal, da pendência de uma ação idêntica no estrangeiro;
Analisar o art. 580º/3 do CPC e as regras referentes à litispendência do Reg. 1215/2012
- b) Meios à disposição do tribunal, numa ação cível que corre em Portugal, para a inquirição de uma testemunha que reside em França;
Analisar o Regulamento (UE) 2020/1783, explicando a sua aplicabilidade ao caso, em particular a possibilidade de uso de tecnologias de comunicação à distância nessa inquirição
- c) Princípios do Direito Processual Civil Internacional.
Analisar os princípios da territorialidade, reciprocidade, harmonia jurídica internacional, tutela judicial efetiva do litigante estrangeiro, equivalência da administração da justiça e cooperação entre as jurisdições

(6 valores)

FIM